

## Relatório de Acompanhamento de Proposições em Tramitação no Congresso Nacional

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
1	<a href="#">PL 1858/1991</a>		Equipara o salário profissional e jornada de trabalho do psicólogo ao do cirurgião-dentista e do médico.	Câmara dos Deputados	Piso salarial; jornada de trabalho	Retirado de pauta por Acordo dos Srs. Líderes	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	06/11/2003	Sigmaringa Seikas	PT	DF
2	<a href="#">PL 1418/2011</a>		Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública federal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Trabalho; concurso público; exame psicológico.	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-626/2015 porquanto a(s) proposição(ões) não foi(ram) arquivada(s)	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 252/2003	26/02/2015	Walney Rocha	PTB	RJ
3	<a href="#">PL 4247/2008</a>	<a href="#">PLS 619/2007</a>	Consolida a legislação sanitária federal.	Câmara dos Deputados	Saúde; legislação sanitária federal.	Adiada a votação em face do encerramento da Sessão.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	29/04/2014	Tiã Vianna	PT	AC
4	<a href="#">PL 6838/2013</a>		Estabelece a obrigatoriedade de exames que avaliem a capacidade psicológica de candidatos ao ingresso nos órgãos de segurança pública, nas guardas municipais armadas e no cargo de agente penitenciário e a avaliação anual, por junta composta por médico, psicólogo e assistente social, dos integrantes desses órgãos que estiverem no serviço ativo.	Câmara dos Deputados	Exame psicológico; policiais.	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-145/2015. Apensado ao PL 3405/2008	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 3405/2008	09/02/2015	Eliene Lima	PSD	MT
5	<a href="#">PL 309/1999</a>		Prevê atendimento de saúde compatível aos presos, e dá outras providências. Explicação: Altera a Lei nº 7.210, de 1984.	Câmara dos Deputados	Lei de execução penal; saúde.	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-156/2015.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 289/1999	09/02/2015	Eriio Bacci	PDT	RS
6	<a href="#">PL 2150/2011</a>		Torna obrigatória a disponibilização dos motivos da reprovação dos candidatos em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Trabalho; concurso público; exame psicológico.	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1418/2011	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Apensado ao PL 1418/2011	26/04/2013	Nelson Bornier	PMDB	RJ
7	<a href="#">PLS 193/2013</a>		Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para determinar a extensão das disposições da Lei às entidades de fiscalização profissional.	Senado Federal	Conselhos profissionais.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator	10/03/2015	Pedro Taques	PMDB	MT
8	<a href="#">PEC 185/2003</a>		Inclui os Conselhos de Fiscalização Profissional como agentes fiscalizadores das atividades profissionais, dando-lhes poder para solicitar ação de inconstitucionalidade; regula o regime de trabalho dos servidores destes Conselhos e estingue a competência privativa da União de fixar contribuição social, transferindo aos Conselhos Federais de profissões regulamentadas; altera a Constituição Federal de 1988.	Câmara dos Deputados	Ação de inconstitucionalidade; conselhos profissionais.	Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-994/2015.	Mesa Diretora	Aguardando constituição de comissão temporária	19/03/2015	Pedro Henry	PP	MT
9	<a href="#">PL 513/2015</a>		Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de exame de proficiência para todas as profissões regulamentadas.	Câmara dos Deputados	Exame de proficiência.	Recebimento pela CTASP.	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Apensado ao PL 6253/2013	10/04/2015	Fausto Pinato	PRB	SP
10	<a href="#">PLC 118/2011</a>	<a href="#">PL 7483/2010</a>	Dispõe sobre o exame de aptidão física e mental com vistas à detecção do Transtorno de Déficit de Atenção e/ou Hiperatividade – TDAH em motociclistas.	Senado Federal	Educação; TDAH.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator.	11/05/2015	Osmar Terra	PMDB	RS
11	<a href="#">PLC 131/2012</a>	<a href="#">PL 7574/2006</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade de todas as agências de modelos, com sede no Brasil, manterem médicos especialistas (endocrinologistas e psicólogos), para acompanhamento da saúde física e mental de todas as jovens contratadas e dá outras providências.	Senado Federal	Saúde; agência de modelos.	Senadora Lídice da Mata designado relator.	Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	Matéria com a relatoria.	03/05/2015	Eriio Bacci	PDT	RS
12	<a href="#">PL 5165/2009</a>		Dispõe sobre estágios como componente curricular do curso superior de graduação em Psicologia. (Estágio curricular em empreendimentos ou projetos de interesse social).	Câmara dos Deputados	Formação; psicologia; estágio.	Parecer do Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ), pela inconstitucionalidade deste e da Emenda da Comissão de Educação e Cultura.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	27/05/2015	Jefferson Campos	PTB	SP
13	<a href="#">PL 3397/2012</a>		Garante a realização de cirurgias reparadoras e reconstrutivas e assistência social e psicológica, gratuitamente, às vítimas de escarpelamento.	Câmara dos Deputados	Saúde; assistência psicológica; escarpelamento.	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-1879/2007	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Apensado ao PL 1879/2007	07/08/2015	Janete Capiberibe	PSB	AP
14	<a href="#">PL 7267/2002</a>		Adiciona-se dispositivo à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Estabelece a cobertura, pelos planos de saúde, de sessões de fisioterapia, fonoaudiologia, nutrição e psicologia.	Câmara dos Deputados	Saúde suplementar; planos de saúde; psicólogo	Apense-se a este(a) o(a) PL-4294/2016.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 4076/2001	12/02/2016	José Carlos Coutinho	DEM	RJ
15	<a href="#">PL 5329/2005</a>		Altera dispositivos processuais penais sobre oitiva da vítima, em caso de crimes cometidos contra criança ou adolescente.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; escuta.	Recebimento pela PL 8045/2010.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal	Apensado ao PL 8045/2010	28/03/2016	Paulo Pimenta	PT	RS
16	<a href="#">PL 209/2015</a>		Institui o atendimento psicopedagógico na Educação básica. Explicação da ementa: Altera a Lei nº 9.394 de 1996.	Câmara dos Deputados	Educação; atendimento psicológico.	Recebimento pela CFT, apensado ao PL-7646/2014.	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Apensado ao PL 7646/2014	15/07/2016	Goulart	PSD	SP
17	<a href="#">PL 931/2011</a>		Dispõe sobre a obrigatoriedade de acompanhamento psicológico para pessoas abrigadas em entidades como orfanatos, creches e asilos em todo o território nacional.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; acompanhamento psicológico.	Parecer do Relator, Dep. Célio Silveira (PSDB-GO), pela rejeição.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	03/08/2016	Lindomar Garçon	PV	RO
18	<a href="#">PLC 18/2012</a>	<a href="#">PL 838/2007</a>	Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença do orientador educacional nas instituições públicas de educação básica.	Senado Federal	Educação; psicólogo; orientador educacional.	Aguardando designação de relator.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator.	19/10/2016	Marcos Montes	PSD	MG
19	<a href="#">PL 3688/2000</a>		Dispõe sobre a introdução de assistente social e psicólogo no quadro de profissionais de educação em cada escola.	Câmara dos Deputados	Educação; psicólogo; assistente social	Aprovado parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Apresentado requerimento de inclusão na ordem do dia do Plenário.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	05/04/2018	José Carlos Elias	PTB	ES
20	<a href="#">PL 149/1999</a>		Torna obrigatório o curso de direção defensiva e primeiros socorros apenas para os condutores de transporte coletivo de passageiros, transporte escolar, de emergência e produtos perigosos. Altera a lei nº 9.503, de 1997.	Câmara dos Deputados	Exame psicológico; motoristas	Indeferido o pedido contido no Requerimento 5.520/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero o pedido contido no Requerimento n. 5.520/2016, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 6.096/2016 e n. 149/1999 tratam de matérias correlatas.	Mesa Diretora	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	21/11/2016	Eriio Bacci	PDT	RS

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
21	<a href="#">PL 7569/2014</a>		Dispõe sobre a implantação do programa de atendimento psicológico às vítimas de alienação parental, amparadas pela lei 12.318/2010 (lei de alienação parental).	Câmara dos Deputados	Saúde; criança e adolescente; assistência psicológica; alienação parental	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	15/12/2016	Lúcio Vieira Lima	PMDB	BA
22	<a href="#">PL 6126/2013</a>		Altera a Lei nº 12.842, de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da Medicina.	Câmara dos Deputados	Ato médico; medicina	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	26/12/2016	Poder Executivo		
23	<a href="#">PLC 31/2010</a>	<a href="#">PL 3512/2008</a>	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Senado Federal	Psicopedagogia; regulamentação	Aprovado parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).	Secretaria Legislativa do Senado Federal	Aguardando inclusão de requerimento em ordem do dia.	20/02/2017	Raquel Teixeira	PSDB	GO
24	<a href="#">PLC 196/2009</a>	<a href="#">PL 4746/1998</a>	Dispõe sobre a regulamentação do exercício da atividade de Psicopedagogia.	Senado Federal	Psicopedagogia; regulamentação	Aguardando inclusão de requerimento em ordem do dia	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Aguardando inclusão ordem do dia de requerimento	21/02/2017	Arnaldo Faria de Sá	DEM	MG
25	<a href="#">PL 3405/2008</a>		Estabelece a obrigatoriedade do Estado em oferecer exame psicológico em policiais civis e militares, policiais federais e agentes penitenciários que estiverem em atividade e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Exame psicológico; policiais	Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	12/04/2017	Talmir	PSC	RJ
26	<a href="#">PL 6253/2013</a>		Dispõe sobre a habilitação para os exames e provas de suficiência exigidos como requisito para a obtenção do registro profissional.	Câmara dos Deputados	Exame de proficiência, Critérios, habilitação profissional, exercício, profissão.	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	13/09/2016	Wilson Filho	PMDB	SP
27	<a href="#">PLS 79/2013</a>		Dispõe sobre o serviço civil obrigatório para os profissionais de saúde.	Senado Federal	Serviço civil obrigatório.	Matéria com a relatora.	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	Aguardando parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte	09/02/2018	Jayme Campos	DEM	MT
28	<a href="#">PL 10105/2018</a>	<a href="#">PLS 157/2017</a>	Altera as Leis nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico residente e dá outras providências; e nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências, para dispor sobre a assistência psiquiátrica e psicológica a ser oferecida a médicos residentes e a alunos de graduação em Medicina.	Senado Federal	Alteração, Lei Federal, obrigatoriedade, Unidade de Saúde, assistência psiquiátrica, assistência psicológica, Médico-residente.	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Comissão de Educação (CE)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	07/05/2018	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
29	<a href="#">PL 1543/2015</a>		Inserir dispositivo na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que as redes públicas de educação básica contem com serviços de apoio técnico de psicologia para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação.	Câmara dos Deputados	Educação; atendimento psicológico	Recebimento pela CIDOSO, apensado ao PL-8013/2014	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	Apensado ao PL 8013/2014	26/04/2017	Jorge Silva	PROS	ES
30	<a href="#">PL 7986/2014</a>		Dispõe sobre a criação do Programa Creche Saudável visando propiciar o acompanhamento médico, nutricional e psicológico para crianças nas creches públicas e comunitárias.	Câmara dos Deputados	Educação, criança e adolescente, atendimento psicológico	Recebimento pela CIDOSO, apensado ao PL-1616/2011	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	Apensado ao PL 1616/2011	26/04/2017	Vitor Paulo	PRB	RJ
31	<a href="#">PL 8013/2014</a>		Dispõe sobre a assistência psicológica ao educando da educação básica.	Câmara dos Deputados	Educação; atendimento psicológico	Recebimento pela CIDOSO, apensado ao PL-7986/2014	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	Apensado ao PL 7986/2014	26/04/2017	Jorge Silva	PROS	ES
32	<a href="#">PL 4533/2012</a>	<a href="#">PLS 706/2007</a>	Altera o art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, para exigir, nas universidades, percentagens específicas mínimas para doutores, mestres e docentes com regimes de trabalho em tempo integral.	Câmara dos Deputados	Alteração, LDB, fixação, percentual mínimo, professor, universidade, título, doutorado, mestrado, regime de trabalho, tempo integral.	Indeferido o Requerimento n. 8.981/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero o pedido de despesação contido no Requerimento n. 8.981/2018, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porquanto os Projetos de Lei n. 3.375/2015 e n. 4.533/2012 tratam de matérias correlatas.	Mesa Diretora (MESA)	Aguardando constituição de comissão temporária	12/07/2018	Arthur Virgílio	PSDB	AM
33	<a href="#">PL 2908/2015</a>	<a href="#">SUG 114/2014 CLP</a>	Regulamenta o exercício da atividade de Conselheiro em Dependência Química.	Câmara dos Deputados	Saúde; drogas; conselheiro; dependente químico	Retirado de pauta em decorrência da aprovação do REQ 516/2017.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	10/05/2017	Comissão de Legislação Participativa	PMDB	RS
34	<a href="#">PL 8085/2014</a>	<a href="#">PLS 454/2012</a>	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores.	Câmara dos Deputados	Trânsito; psicologia	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a este(a) o(a) PL-9962/2018. Inteiro teor	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8085, de 2014	Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8085, de 2014, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para instituir a obrigatoriedade da prática de direção veicular em vias públicas para fins de formação de condutores" (PL8085/14); Comissão em funcionamento.	19/04/2018	Ana Amélia	PP	RS
35	<a href="#">PL 5592/2016</a>		Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.	Câmara dos Deputados	Educação; criança e adolescente.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) Parecer do Relator, Dep. Marco Maia (pendente de análise)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	12/07/2018	Érika Kokay	PT	DF
36	<a href="#">PL 7683/2017</a>	<a href="#">PLS 13/2012</a>	Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre esporte e dá outras providências, para tornar obrigatória a prestação de assistência psicológica continuada aos atletas profissionais.	Câmara dos Deputados	Saúde; assistência psicológica; atletas.	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Comissão do Esporte (CESPO)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão do Esporte (CESPO)	20/06/2017	Marcelo Crivella	PRB	RJ
37	<a href="#">PL 1616/2011</a>		Dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de um profissional da área de enfermagem, enfermeiro ou técnico de enfermagem, nas unidades da rede pública de creches e escolas de educação infantil, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente, atendimento psicológico.	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO) Designada Relatora, Dep. Carmen Zanotto (PPS-SC)	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	27/04/2017	Sueli Vidigal	PDT	ES

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
38	<a href="#">PL 7646/2014</a>		Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino.	Câmara dos Deputados	Criação, programa de assistência psicopedagógica, escola pública, atendimento, aluno, diagnóstico, prevenção, problema, aprendizagem, combate, violência, incentivo, cidadania.	Designado Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (PMDB-MG)	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	09/05/2018	Lucio Vieira Lima	PMDB	BA
39	<a href="#">PLS 98/2015</a>		Altera a redação dos artigos 147 e 148 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para exigir a avaliação psicológica de todos os motoristas a partir da primeira habilitação.	Senado Federal	Avaliação psicológica; vigilantes.	Apresentado relatório do Senador Eduardo Amorim, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC)	Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	22/03/2018	Davi Alcolumbre	DEM	AP
40	<a href="#">PLC 76/2011</a>	<a href="#">PL 7500/2006</a>	Determina a obrigatoriedade da assistência psicológica a educadores e educandos da educação básica.	Senado Federal	Educação; educação básica; assistência psicológica; psicólogo.	Aguardando parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Matéria com a relatoria.	23/05/2018	Raquel Teixeira	PSDB	GO
41	<a href="#">PLS 557/2013</a>		Dispõe sobre o atendimento psicológico ou psicopedagógico para estudantes e profissionais da educação.	Senado Federal	Educação; atendimento psicológico.	Aguardando parecer do relator da CAE.	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Matéria com a relatoria.	23/05/2018	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa		
42	<a href="#">PL 9003/2017</a>	<a href="#">PLS 334/2013</a>	Dispõe sobre o exercício da profissão de Gerontólogo e dá outras providências.	Senado Federal	Regulamentação, atividade profissional, gerontólogo, atendimento, idoso, criação, Dia Nacional do Gerontólogo, comemoração, marco, profissão, saúde.	Designado Relator, Dep. João Paulo Papa (PSDB-SP)	Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (CIDOSO)	22/11/2017	Paulo Paim	PT	RS
43	<a href="#">PL 1426/2015</a>		Tipifica como crime o exercício ilegal das profissões de saúde de nível superior.	Câmara dos Deputados	Saúde; exercício ilegal.	Parecer do Relator, Dep. Wadli Damous (PT-RI), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	09/08/2017	Mara Gabrilli	PSDB	SP
44	<a href="#">PL 769/2015</a>		Altera a Lei nº 4.110, de 27 de Agosto de 1962, que "dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo" para dispor sobre a jornada semanal de trabalho do psicólogo.	Câmara dos Deputados	Jornada de trabalho; psicólogo.	Retirado de pauta a requerimento dos deputados Dr. Sival Malheiros e Diego Garcia.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	16/08/2017	Felipe Borrier	PSD	RJ
45	<a href="#">PL 818/2015</a>		Estabelece a obrigatoriedade da presença de profissionais de psicologia nas unidades hospitalares e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Saúde; psicólogo; hospital.	Devolvido ao Relator, Dep. Rôney Nemer (PP-DF), para manifestação sobre o apensado, PL 9419/2018.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	03/07/2018	Major Olimpio	PDT	SP
46	<a href="#">PEC 115/2015</a>	<a href="#">PEC 171/1993</a>	Estabelece que são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial, ressalvados os maiores de dezoito anos, observando-se o cumprimento da pena em estabelecimento separado dos maiores de dezoito anos e dos menores inimputáveis, em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte.	Senado Federal	Maioridade penal; imputabilidade penal.	Voto em Separado de autoria do Senador Lindbergh Farias, pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e no mérito.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC)	Apresentado Relatório do Senador Ricardo Ferraço, com voto favorável	24/10/2017	Benedito Domingos	PP	DF
47	<a href="#">PEC 33/2012</a>		Altera o art. 129 da Constituição Federal para dispor que são funções institucionais do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal pública e o incidente de desconsideração de inimputabilidade penal de menores de dezoito e maiores de dezoito anos. Altera o art. 228 da Constituição Federal para dispor que Lei Complementar estabelecerá os casos em que o Ministério Público poderá propor, nos procedimentos para a apuração de ato infracional praticado por menor de dezoito e maior de dezoito anos, incidente de desconsideração da sua inimputabilidade.	Senado Federal	Maioridade penal; imputabilidade penal	Voto em Separado de autoria do Senador Lindbergh Farias, pela inconstitucionalidade, antijuridicidade e no mérito.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC)	Aguardando votação	24/10/2017	Aloysio Nunes Ferreira, Aécio Aécio Neves, Zeze Perrella e outros		
48	<a href="#">PL 1025/2015</a>		Dispõe sobre a obrigatoriedade das companhias aéreas a oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.	Câmara dos Deputados	Acompanhamento psicológico; pilotos.	Devolvido pelo relator sem manifestação	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	12/09/2017	Bruno Covas	PSDB	MG
49	<a href="#">PL 3121/2012</a>		Concede incentivo fiscal às entidades desportivas da modalidade futebol que instituírem programas de recuperação de jovens drogados ou desempregados, mediante capacitação técnica ou profissional, ou atendimento médico, psicológico e social.	Câmara dos Deputados	Saúde; drogas; futebol; incentivo fiscal.	Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 16/07/2018)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	13/07/2018	Irajá Abreu	PSD	TO
50	<a href="#">PLS 394/2017</a>		Dispõe sobre o Estatuto da Adoção de Criança ou Adolescente.	Senado Federal	Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres.	Sen. Paulo Paim designado relator	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Aguardando parecer do Relator da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	08/11/2017	Randolfe Rodrigues	REDE	AP
51	<a href="#">PEC 181/2015</a>	PEC 29/2015	Altera o Inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para dispor sobre a licença-maternidade em caso de parto prematuro.	Câmara dos Deputados	Direitos sociais; licença a gestante; parto prematuro; mulher; recém-nascido; aborto.	Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 8970/2018, pela Comissão Especial destinada a preferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 181-A, de 2015, "Requer a prorrogação de prazo da Comissão Especial.	Comissão Especial destinada a preferir parecer à PEC nº 181-A, do Senado Federal.	Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a preferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 181-A, de 2015, do Senado Federal.	26/06/2018	Aécio Neves	PSDB	MG
52	<a href="#">PEC 372/2017</a>	PEC 14/2016	Altera o Inciso XIV do art. 21, o § 4º do art. 32 e o art. 144 da Constituição Federal para criar as polícias penais federal, estaduais e distrital.	Câmara dos Deputados	Polícia penal; segurança pública; transformação; carreira pública; agente penitenciário.	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 8188/2018, pelo Deputado Júlio Delgado (PSB-MG), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 372/2017"	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	07/03/2018	Sen. Cássio Cunha Lima	PSDB	SP
53	<a href="#">PL 1320/2007</a>		Dispõe sobre a elaboração de tabela de honorários médicos, odontológicos e de outros profissionais, como base mínima para contratos com as operadoras de planos de saúde.	Câmara dos Deputados	Honorários; planos de saúde	Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela rejeição.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Apensado ao PL 7419/2006	12/12/2017	Jovair Arantes	PTB	GO
54	<a href="#">PL 7419/2006</a>	<a href="#">PLS 174/2000</a>	Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.	Câmara dos Deputados	Lei dos Planos de Saúde, cobertura, despesa, acompanhante, internação, hospital, menor, (UTI), exigência, prescrição médica.	À Comissão Especial PL741906, cópia do Ofício nº 67/2018, da Câmara Municipal de Santa Branca/SP	Comissão Especial destinada a preferir parecer ao Projeto de Lei 7419/2006, do Senado Federal e apensados.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a preferir parecer ao Projeto de Lei 7419/2006, do Senado Federal e apensados.	13/06/2018	Luiz Pontes	PSDB	CE

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
55	<a href="#">PLC 37/2013</a>	<a href="#">PL 7663/2010</a>	Altera as Leis nºs 11.343, de 23 de agosto de 2006, 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, 8.069, de 13 de julho de 1990, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e 9.503, de 23 de setembro de 1997, os Decretos-Lei nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispôr sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.	Senado Federal	Drogas; usuário, dependente; tratamento; políticas públicas	Encaminhado à publicação e aprovado o Requerimento nº 101, de 2018, de autoria do Senador Paulo Bauer e outros Senadores, que solicita, nos termos regimentais, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 1072, de 2017, que solicita urgência para apreciação do PLC 37/2013. Retirado o Requerimento, a matéria, já apreciada pela CCJ e CE, vai à CAE, CAS e CDH.	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)		14/03/2018	Osmar Terra	PMDB	RS
56	<a href="#">SUG 8/2018</a>		Regulamentação da psicoterapia como prática privada de psicólogos	Senado Federal	Torna privativo de psicólogo a atividade psicoterapia	Senadora Marta Suplicy designada relatora. Se o Parecer for favorável e aprovado, a sugestão será transformada em Projeto de Lei	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Matéria com a relatoria.	11/04/2018	Programa e Cidadania		
57	<a href="#">PL 5452/2016</a>	<a href="#">PLS 618/2015</a>	Acrescenta o art. 225-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas. Explicação: Altera o Código Penal para prever causa de aumento de pena para o crime de estupro cometido por duas ou mais pessoas.	Senado Federal	Código Penal, crime sexual contra vulnerável, tipicidade, divulgação, cena do crime, estupro de vulnerável, estupro compartilhado, critério, aumento, pena.	Aprovada subemenda substitutiva global ao PL 5452-8/2016, apresentado pela relatora da CCJC, Dep. Laura Carneiro	Senado Federal	matéria retorna ao Senado Federal	12/03/2018	Vanessa Grazziotin	PCdoB	AM
58	<a href="#">PL 9904/2018</a>		Regulamenta o princípio da legalidade administrativa em todas as esferas da administração pública direta e indireta.	Câmara dos Deputados	Regulamentação, princípio da legalidade, administração direta e indireta, ato normativo, decisão administrativa, penalidade administrativa, agente público.	Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/04/2018.	Coordenação de Comissões Permanentes-CCP	Encaminhada para publicação no DCD	10/04/2018	Valdir Colatto	DEM	AP
59	<a href="#">PL 626/2011</a>		Acrescenta parágrafo ao art. 8º Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir atendimento ambulatorial e psicológico à menor gestante.	Câmara dos Deputados	Saúde; criança e adolescente; assistência psicológica; gestante	Devolvida à Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	12/04/2018	Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP
60	<a href="#">PLC 19/2018</a>	<a href="#">PL 3734/2012</a>	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública-SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Segurança Pública; criança e adolescente; medida socioeducativa.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Recebimento do Ofício nº 340/2018 (CN) comunicando veto parcial e encaminhando cópia da Mensagem e autógrafo do PL 3734/2012.	<a href="#">Veto nº 20/2018</a>	LEI 13.675, de 11 de junho de 2018.	26/06/2018	Poder Executivo		
61	<a href="#">PL 5414/2016</a>		Altera o artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Proíbe o incentivo do desenvolvimento e veiculação de programas de ensino à distância em curso da área de saúde.	Câmara dos Deputados	Formação; psicologia, ensino à distância, saúde	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 20/04/2018)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	19/04/2018	Rodrigo Pacheco	PMDB	MG
62	<a href="#">PL 3340/2000</a>		Determina que a criação de novos cursos superiores de direito dependa de parecer da subseção da OAB, e de cursos de odontologia, medicina, psicologia e veterinária, de parecer da representação local dos respectivos conselhos regionais de classe, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Formação; psicologia; criação de cursos	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	19/04/2018	Renato Silva	PSDB	PR
63	<a href="#">PDC 912/2018</a>		Susta a Resolução N° 32, de 14 de Dezembro de 2017, da Comissão Intergestores Tripartite, do Ministério da Saúde, que "Estabelece as Diretrizes para o Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)".	Câmara dos Deputados	Sustação, Resolução, Ministério da Saúde, diretrizes, fortalecimento, Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.	Recebimento pela CSSF.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	20/04/2018	Érika Kokay - PT/DF Jandira Feghall - PCdoB/RJ Angelin - PT/AC		
64	<a href="#">PL 5680/2013</a>		Dispõe sobre a escolha dos membros dos Conselhos Federais e Regionais incumbidos da fiscalização do exercício profissional.	Câmara dos Deputados	Conselhos profissionais	Designado Relator, Dep. Elizeu Dionizio (PSB-MS)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	02/05/2018	Glauber Braga	PSOL	RJ
65	<a href="#">PL 9622/2018</a>		Acrescenta dispositivo à Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências". Explicação da Ementa: Condiciona o recebimento de patrocínio de bancos públicos pelos clubes de futebol e associações esportivas à adoção de medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.	Câmara dos Deputados	Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), condicionamento, patrocínio, clube esportivo, futebol, entidade desportiva, banco público, proteção, criança, adolescente, abuso, violência sexual.	Aprovado requerimento do Sr. Roberto Alves que Requer a Inclusão de convidada na Audiência Pública para debater o Projeto de Lei 9622 de 2018, que "acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente".	Comissão do Esporte (CESPO)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão do Esporte (CESPO)	02/05/2018	Erika Kokay	SD	PE
66	<a href="#">PL 5001/2016</a>	<a href="#">PLS 9/2016</a>	Acrescenta inciso V ao art. 23 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer, como medida protetiva de urgência à ofendida, a frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação.	Câmara dos Deputados	Lei Maria da Penha, reabilitação, educação, violência contra a mulher.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Designada Relatora, Dep. Janete Capiberibe (PSB-AP)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	16/05/2018	Senado Federal - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa		
67	<a href="#">PEC 383/2017</a>		Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	Câmara dos Deputados	SUAS.	Apresentação do Requerimento n. 25/2018, pelo Deputado Jorge Solia (PT-BA), que: "Requer a realização de Seminário em Salvador (BA) para debater a PEC 383/2017".	Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC nº 181-A, do Senado Federal	Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à PEC 383-A/2017	12/07/2018	Danilo Cabral	PSB	PE
68	<a href="#">PL 4364/2012</a>		Altera a Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia.	Câmara dos Deputados	Conselho Federal de Psicologia; Conselhos regionais de Psicologia.	Designado Relator, Dep. Juscelino Filho (DEM-MA)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	28/06/2018	Poder Executivo		
69	<a href="#">PL 7841/2014</a>	<a href="#">PLS 399/2011</a>	Dispõe sobre a revalidação e o reconhecimento automático de diplomas oriundos de cursos de instituições de ensino superior estrangeiras de reconhecida excelência acadêmica.	Câmara dos Deputados	Revalidação de diploma.	Coordenação Permanente das Comissões (CCP) - À CSSF o projeto reconstituído.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	26/06/2018	Roberto Requião	PMDB	PR
70	<a href="#">PL 702/2015</a>		Dispõe sobre a avaliação psicológica de gestantes e puérperas.	Câmara dos Deputados	Saúde; avaliação psicológica; puérperas.	Recebimento pela Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC )	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	28/06/2018	Célio Silveira	PSDB	GO
71	<a href="#">PL 791/2011</a>		Altera o inciso III do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para definir validade legal de diploma de pós-graduação para o exercício profissional.	Câmara dos Deputados	Formação; psicologia; pós-graduação	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	03/07/2018	Jovair Arantes	PTB	GO

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
72	<a href="#">PEC 383/2017</a>		Altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Câmara dos Deputados	Constituição Federal (1988), garantia, fonte de recursos, Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aplicação, União, percentual, receita corrente líquida.	Apresentação do Requerimento pelo Deputado Jorge Solla (PT-BA), Requer a realização de Seminário em Salvador-BA para debater a PEC 383/2017	Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 383-A, de 2017	Aguardando Parecer do Relator na Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 383-A, de 2017.	12/07/2018	Daniilo Cabral	PSB	PE
73	<a href="#">PL 1015/2015</a>		Altera a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, que "Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo", para fixar o piso salarial da categoria.	Câmara dos Deputados	Piso salarial; psicólogo.	Aprovado requerimento do Sr. João Paulo Kleinibing que requer a realização de Audiência Pública para discutir o PL 1015/2015. Não deliberado face o encerramento da reunião por acordo dos Srs. Líderes.	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Pronta para Pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	11/07/2018	Jorge Silva	PROS	ES
74	<a href="#">PL 1549/2003</a>		Disciplina o exercício profissional de Acupuntura e determina outras providências.	Câmara dos Deputados	Acupuntura; regulamentação.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 15/06/2018)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	14/06/2018	Celso Russomano	PP	SP
75	<a href="#">PLC 74/2018</a>	<a href="#">PL 795/2003</a>	Dispõe sobre a regulamentação da atividade profissional de Psicomotricista e autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Psicomotricidade.	Senado Federal	Psicomotricidade; regulamentação.		Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CC)	Aguarda designação de relator.	28/06/2018	Leonardo Piccinini	PMDB	RJ
76	<a href="#">PLS 511/2017</a>		Acrescenta o art. 14-A à Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre duração da jornada normal semanal de trabalho do Psicólogo. Explicação da Ementa: Decorrente de Ideia Legislativa do e-cidadania, determina que a duração do trabalho normal do Psicólogo não poderá ser superior a 30 horas semanais.	Senado Federal	Psicólogo, jornada de trabalho; 30 horas.	CAE designou o Senador Paulo Palm como relator	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Aguarda parecer do Relator da CAE	11/07/2018		Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
77	<a href="#">PLS 439/2015</a>		Dispõe sobre o exercício de atividades nos campos da Administração.	Senado Federal	Administração; regulamentação.	Senador Paulo Palm foi designado relator	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo	Aguardando parecer do relator	04/05/2018	Donizeti Nogueira	PT	TO
78	<a href="#">PL 2598/2007</a>		Obriga os estudantes de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional, que concluírem a graduação em instituições públicas de ensino ou em qualquer instituição de ensino, desde que custeados por recursos públicos, a prestarem serviços remunerados em comunidades carentes de profissionais em suas respectivas áreas de formação.	Câmara dos Deputados	Obrigatoriedade de prestação de serviço remunerado; instituições públicas	Aguardando Deliberação no PLENÁRIO (PLEN); Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Designado Relator, Dep. Marcus Pestana (PSDB-MG)	12/04/2018	Geraldo Resende	PT	DF
79	<a href="#">PL 9858/2018</a>		Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor sobre a atividade terrorista de movimentos sociais.	Câmara dos Deputados	Terrorista, manifestação política, movimento social e sindical.	Apense-se à(ao) PL-9604/2018. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Recebimento pela CSPCCO	04/04/2018		PTdoB	MG
80	<a href="#">PL 5075/2001</a>	<a href="#">MSC 841/2001</a>	Altera dispositivos da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal. Explicação: Altera a designação da pena privativa de liberdade para pena de prisão em regime fechado e de pena restritiva de direitos para pena de restrição de direitos; dispoem sobre a desinternação progressiva do internado de acordo com a perícia médica e os demais órgãos da execução da medida de segurança e modificando a progressão de regime prisional de acordo com o cometimento de faltas disciplinares.	Câmara dos Deputados		Projeto pronto para a pauta tendo em vista pareceres enquanto apensado, da CCOVN, pela rejeição, e da CCJC, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	10/02/2005		Poder Executivo	
81	<a href="#">PL 4508/2008</a>		Altera o parágrafo único do art. 1.618, da Lei nº 10.406, de 2002. Proíbe a adoção por homossexual.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; adoção.	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-27/2011 por não se tratar(em) de matéria(s) sujeita(s) ao arquivamento previsto no artigo 105 do RICD. DCD do dia 16/02/11 pag. 6810 COL 02.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )	Apensado ao PL 2285/2007	15/02/2011	Oliavo Calheiros	PMDB	AL
82	<a href="#">PL 1144/2011</a>		Acrescenta o inciso IV ao art. 28 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para fixar a pena de internação compulsória para tratamento dos usuários de drogas e bebidas alcoólicas.	Câmara dos Deputados	Saúde; drogas; alcoolismo; internação compulsória.	Apense-se a este(a) o(a) PL-4871/2012.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7663, de 2010, do Sr. Osmar Terra	Apensado ao PL 7665/2010	16/01/2013	Delgado Waldir	PSDB	GO
83	<a href="#">PL 4827/1998</a>		Institucionaliza e disciplina a mediação, como método de prevenção e solução consensual de conflitos.	Câmara dos Deputados	Psicologia jurídica; mediação.	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Publicado em avulso e no DCD de 05/07/2013, PÁG 28667 COL 02, Letra D.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	04/07/2013	Zulaib Cobra	PSDB	SP
84	<a href="#">PL 6061/2013</a>		Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que "Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual" e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher; violência sexual.	Recebimento pela CSSF, apensado ao PL-6022/2013	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Apensado ao PL 6022/2013	28/08/2013	Hugo Leal	PSC	RJ
85	<a href="#">PL 6004/2013</a>	<a href="#">PLS 74/2010</a>	Cria regras para a aplicação de concursos para a investidura em cargos e empregos públicos no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.	Câmara dos Deputados	Trabalho; concurso público	À CCJC cópia do Ofício s/nº 2013, do Sr. Anildo Fabio de Rájio, Procurador da Fazenda Nacional, referente ao PL 6004/13, que tramita em conjunto com o nº 252/03.	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Apensado ao PL 252/2003	05/09/2013	Marconi Perillo	PSDB	GO
86	<a href="#">PL 3473/2000</a>	<a href="#">MSC 1107/2000</a>	Altera a Parte Geral do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Psicologia jurídica; código penal.	Apense-se a este(a) o(a) PL-7123/2014.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	14/02/2014		Poder Executivo	
87	<a href="#">PL 6755/2010</a>	<a href="#">PLS 414/2008</a>	Altera a redação dos arts. 49, 69, 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a educação infantil até os 5 (cinco) anos de idade e o ensino fundamental a partir desta idade.	Câmara dos Deputados	Educação.	Encaminhado à CCJC, Memorando nº 109/14 - COPER, informando o recebimento de abaixo-assinado referente a este.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	23/09/2014	Flávio Arns	PSDB	PR
88	<a href="#">PL 4076/2001</a>		Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde" incluindo os procedimentos preventivos no rol dos serviços a serem oferecidos pelas empresas do setor.	Câmara dos Deputados	Saúde suplementar; prevenção	Indeferido o Requerimento n. 6.673/2017, conforme despacho do seguinte teor: "Indeferido o Requerimento n. 6. 673/2017, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei n. 7.589/2017 e 5.143/2009 tratam de matérias correlatas.	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Apensado ao PL 7419/2006	19/06/2017	Henrique Fontana	PT	RS
89	<a href="#">PL 7490/2014</a>		Tipifica a violência psicológica.	Câmara dos Deputados	Violência psicológica	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-564/2015.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 6622/2013	23/02/2015	Fábio Trad	PMDB	MS
90	<a href="#">PLS 136/2011</a>		Estabelece medidas de proteção à mulher e garantia de iguais oportunidades de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho no âmbito rural e urbano.	Senado Federal	Direitos humanos; mulher; trabalho.	O Presidente da Comissão, Senador Delcídio do Amaral, designa o Senador Romero Jucá relator da Matéria.	Comissão de Assuntos Econômicos	Matéria com a relatoria.	18/03/2015	Inácio Arruda	PCdoB	CE
91	<a href="#">PL 1011/2011</a>		Tipifica o "bullying" como crime contra a honra.	Câmara dos Deputados	Educação; criança e adolescente; bullying.	Apresentado Parecer do Relator, Dep. Mandetta (DEM-MS), pela aprovação	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	08/05/2018	Fábio Faria	PMN	RN

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
92	<a href="#">PL 6022/2013</a>		Altera a Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher; violência sexual.	Designado Relator, Dep. Jorge Solla (PT-BA)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	04/05/2015	Poder Executivo		
93	<a href="#">PLS 190/2007</a>		Prevê o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.	Senado Federal	Lei de execução penal; exame criminológico.	Retorna à CCI para reexame. Matéria aguardando distribuição.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCI)	Aguardando designação de relator	03/06/2015	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
94	<a href="#">PLP 321/2013</a>		Altera dispositivos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e dá outras providências. Explicação da Ementa: Aplicação pela União de montante igual ou superior a dez por cento de suas receitas correntes brutas, em ações e serviços públicos de saúde.	Câmara dos Deputados	Saúde; SUS.	Despacho exarado no Requerimento 2.054/2015, conforme o seguinte teor: "Oficie-se ao requerente informando que o Projeto de Lei Complementar n. 321/2013, em virtude do desarquivamento ocorrido em 31/01/2015, encontra-se em tramitação no mesmo estágio em que figurava antes de ser arquivado.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PLP 123/2012	18/06/2015	Comissão de Legislação Participativa		
95	<a href="#">PL 7647/2010</a>		Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Ocupacional e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Terapeuta ocupacional; regulamentação.	Apresentação da Complementação de Voto, CVO 1 CCJC, pela Dep. Gorete Pereira. Parecer com Complementação de Voto, Dep. Gorete Pereira (PR-CE).	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	04/07/2018	Milton Monti	PR	SP
96	<a href="#">PL 1184/2003</a>	<a href="#">PLS 90/1999</a>	Dispõe sobre a Reprodução Assistida.	Câmara dos Deputados	Saúde; reprodução.	Aprovado requerimento do Sr. Ivan Valente que requer a inclusão de convidados para compor a mesa da Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1184, de 2003, que define normas para realização de inseminação artificial e fertilização "in vitro", proibindo a gestação de substituição (barriga de aluguel) e os experimentos de clonagem radical.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	18/08/2015	Lúcio Alcântara	PSDB	CE
97	<a href="#">PL 7081/2010</a>	<a href="#">PLS 402/2008</a>	Dispõe sobre o diagnóstico e o tratamento da dislexia e do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade na educação básica.	Câmara dos Deputados	Educação; criança e adolescente; dislexia.	Apresentação do Parecer do Relator, pelo Dep. Rubens Bueno. Parecer do Relator, Dep. Rubens Bueno (PPS-PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do PL 5700/2009, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, na forma do Substitutivo da Comissão de Educação; e pela inconstitucionalidade do PL 3040/2008, do PL 4933/2009, apensados, e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	08/05/2018	Gerson Camata	PMDB	ES
98	<a href="#">PL 4456/2012</a>	<a href="#">PLS 97/2008</a>	Acrescenta inciso VI ao art. 4º da Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), para incluir programas de assistência psicossocial dentre os projetos apoiados pelo Fundo.	Câmara dos Deputados	Assistência psicossocial; fundo nacional de segurança pública.	Designado Relator, Dep. Vicente Candido (PT-SP)	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	09/06/2016	Renan Calheiros	PMDB	AL
99	<a href="#">PLP 123/2012</a>		Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União. Revoga dispositivo da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012. Explicação da Ementa: Estabelece que a União aplicará em ações e serviços de saúde, o mínimo de dez por cento de sua receitas brutas.	Câmara dos Deputados	Saúde; SUS.	Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	15/06/2016	Darcísio Perondi	PMDB	RS
100	<a href="#">PL 8324/2014</a>	<a href="#">PLS 247/2012</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para incluir medida destinada à prevenção do uso inadequado de psicofármacos em crianças e adolescentes.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; estatuto.	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	23/06/2016	Angela Portela	PDT	RR
101	<a href="#">PEC 246/2016</a>	<a href="#">PEC 43/2012</a>	Altera a redação do inciso II do art. 203 da Constituição para acrescentar entre os objetivos da assistência social o amparo à mulher vítima de violência.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher; assistência social.	Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado em avulso e no DCD de 22/09/16 PÁG 104 COL 01, Letra A.	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Aguardando constituição de comissão temporária	21/09/2016	Marta Suplicy	PMDB	SP
102	<a href="#">PL 3941/2004</a>		Altera disposições da Lei 10.826, de 2003 (Estatuto do Desarmamento)	Câmara dos Deputados	Estatuto do desarmamento.	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO)	Apensado ao PL 9433/2017	27/02/2018	Nelson Bornier	PMDB	RJ
103	<a href="#">PL 1785/2011</a>	<a href="#">PLS 228/2010</a>	Inclui entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino a promoção de ambiente escolar seguro e a adoção de estratégias de prevenção e combate ao bullying.	Câmara dos Deputados	Educação; criança e adolescente; bullying.	Instalação da Comissão - O Relator, Dep. Professor Victório Galli, não integrava a Comissão na data da instalação (deixou de ser membro em 02/02/2018)	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	03/04/2018	Gim Argello	PTB	DF
104	<a href="#">PL 348/2011</a>		Cria dispositivos na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para dispor sobre antecedentes, tratamento ambulatorial, internação em estabelecimento de tratamento psiquiátrico e responsabilidade do Estado para adequar as entidades de atendimento, públicas ou privadas, às diretrizes e normas deste Estatuto.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; estatuto.	Devolvida sem parecer.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Apensado ao PL 7197/2002	10/11/2016	Hugo Leal	PSC	RJ
105	<a href="#">PL 6622/2013</a>		Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para tipificar o crime de feminicídio; modifica o § 11 do art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) para aumentar a pena da lesão corporal decorrente de violência doméstica, se o crime constituir violência de gênero contra as mulheres e acrescenta o art. 132-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar a violência psicológica contra a mulher; e altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos) para incluir o feminicídio entre os crimes considerados hediondos.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; feminicídio.	Parecer da Relatora, Dep. Shéridan (PSDB-RR), pela aprovação deste, com emendas, e pela rejeição do PL 7490/2014, apensado.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	01/03/2018	Carlos Sampaio	PSDB	SP
106	<a href="#">PL 7585/2014</a>	<a href="#">PLS 174/2011</a>	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para modificar o art. 36, que institui regras sobre a elaboração dos planos de saúde, e para inserir dispositivos que regulam a responsabilidade sanitária dos gestores no âmbito do Sistema Único de Saúde.	Câmara dos Deputados	Saúde suplementar; SUS.	Parecer do Relator, Dep. Geraldo Resende (PSDB-MS), pela aprovação deste, e pela rejeição do PL 4430/2016, apensado. Retirado de pauta de ofício.	Comissão de Seguridade Social e família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	20/09/2017	Humberto Costa	PT	PE
107	<a href="#">PL 252/2003</a>	<a href="#">PLS 92/2000</a>	Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.	Câmara dos Deputados	Trabalho; concurso público.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Apense-se a este(a) o(a) PL-10459/2018.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	28/06/2018	Jorge Bornhausen	PSD	SC
108	<a href="#">PLS 65/2015</a>		Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal -, para tipificar a aplicação de qualquer forma de castigo corporal, ofensa psicológica, tratamento cruel ou degradante à criança ou adolescente com deficiência física, sensorial, intelectual ou mental.	Senado Federal	Criança e adolescente; código penal.	Apresentado parecer do Relator, Senador Antonio Carlos Valadares.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)	Pronta para a pauta da comissão.	10/08/2017	Romário	PSB	RJ

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
109	<a href="#">PLS 23/2012</a>		Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, para prever nova modalidade de medida socioeducativa e dá outras providências.	Senado Federal	Criança e adolescente; maioria penal; imputabilidade penal; estatuto.	Recebido novo Relatório da Senadora Fátima Bezerra com voto pela rejeição do Projeto e da Emenda Substitutiva.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	Pronta para pauta da Comissão.	04/07/2018	Aloyzio Nunes Ferreira	PSDB	SP
110	<a href="#">PL 8833/2017</a>	<a href="#">PLS 664/2015</a>	Inclui o art. 244-C na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tipificar o crime de induzimento, instigação ou auxílio à automutilação de criança ou adolescente.	Senado Federal	Criança e adolescente; proteção; automutilação.	MESA - Indeferido o Requerimento 8552/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o Requerimento n. 8.552/2018, nos termos do art. 142, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei n. 6.989/2017 e 8.833/2017 tratam de matérias correlatas.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	14/05/2018	Ciro Nogueira	PP	PI
111	<a href="#">PLS 174/2017</a>		Regulamenta a profissão de Terapeuta Naturista, nas modalidades medicina oriental, terapia ayurvédica, outras terapias naturais, e terapias psicanalíticas e psicopedagógicas.	Senado Federal	Terapeuta naturista; regulamentação.	Encaminhado à publicação. À CAS, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após publicado e distribuído em avulsos.	Comissão de Assuntos Sociais (CAS)	Aguardando parecer	08/02/2018	Telmário Mota	PDT	RR
112	<a href="#">PL 6959/2010</a>	<a href="#">SUG 215/2006 CLP</a>	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Terapeuta Naturista.	Câmara dos Deputados	Terapeuta naturista; regulamentação.	Adiada a votação a requerimento do Deputado Leonardo Monteiro, por 5 sessões.	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Pronta para pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	16/08/2017	Comissão de Legislação Participativa		
113	<a href="#">PLS 89/2015</a>		Altera a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, para criar mecanismos de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis.	Senado Federal	Proteção de vulneráveis.	Designada Relatora a Senadora Ana Amélia.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Matéria com a relatoria.	31/08/2017	Humberto Costa	PT	PE
114	<a href="#">PL 434/1999</a>		Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre as drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST's) e AIDS a nível do 1º e 2º graus de ensino e nos cursos de formação de professores, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Educação; drogas; DST.	Devolvido ao Relator, Dep. Pastor Eurico (PHS-PE).	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	05/09/2017	Magno Malta	PTB	ES
115	<a href="#">PDS 460/2013</a>		Convoca plebiscito para consultar o eleitorado nacional sobre a transferência para a União da responsabilidade sobre a educação básica.	Senado Federal	Educação; educação básica.	A relatora, senadora Gleisi Hoffmann, apresentou relatório contrário ao projeto.	Comissão de Assuntos Econômicos (CAE)	Pronta para a pauta da comissão.	13/12/2017	Cristovam Buarque e outros	PPS	DF
116	<a href="#">PL 3722/2012</a>		Disciplina as normas sobre aquisição, posse, porte e circulação de armas de fogo e munições, cominando penalidades e dando providências correlatas.	Câmara dos Deputados	Armas de fogo.	Deferido o Requerimento n. 8.982/2018, conforme despacho do seguinte teor: "Defiro a retirada do Projeto de Lei n. 10.464/2018	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	03/07/2018	Rogério Peninha Mendonça	PMDB	SC
117	<a href="#">PL 1432/2011</a>		Dispõe sobre a adoção tardia.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; criança e adolescente; adoção.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - Indeferido o Requerimento 5969/2017, conforme despacho de seguinte teor: "Indefiro o Requerimento 5.969/2017".	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Apensado ao PL 9963/2018	12/04/2018	Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP
118	<a href="#">PL 7633/2014</a>		Dispõe sobre a humanização da assistência à mulher e ao neonato durante o ciclo gravídico-puerperal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; saúde; puérpera.	Recebimento pela CE, apensado ao PL-6567/2013	Comissão de Educação (CE)	Indeferido o Requerimento 8.432/2018	19/04/2018	Jean Wyllys	PSOL	RJ
119	<a href="#">PL 4931/2016</a>		Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção à Dignidade Humana.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; orientação sexual.	Retirado da pauta de ofício em virtude de aprovação de requerimento para realização de audiência pública.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	20/06/2018	Ezequiel Teixeira	PTN	RJ
120	<a href="#">PL 6858/2013</a>		Estabelece diretrizes gerais para o atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às pessoas acometidas por Síndrome de Fibromialgia ou Fadiga Crônica.	Câmara dos Deputados	Saúde; SUS; fibromialgia.	Designado relator, Dep. Marcelo Aro (PHS-MG)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	02/05/2018	Erika Kokay	PT	DF
121	<a href="#">PLC 30/2015</a>	<a href="#">PL 4330/2004</a>	Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.	Senado Federal	Trabalho; terceirização.	Aprova o relatório do senador Ricardo Ferraz, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao PLC 195/2015, e contrário ao PLC 30/2015, e aos PLS 87/2010, 447/2011, 339/2016. À CCJ.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator.	19/06/2018	Sandro Mabel	PMDB	GO
122	<a href="#">PL 620/2015</a>		Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para vedar a adoção conjunta por casal homoafetivo.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; adoção.	Tendo em vista a correlação das matérias, determino a apensação, ao PL nº 1432/2011, dos PLS nºs 5908/2013, 7563/2014, 620/2015 e 1732/2015, com seus respectivos apensados, se for o caso. Ató contínuo, distribua-se o PL nº 1432/2011 às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Em razão da distribuição a mais de três comissões de mérito, determino também a criação de Comissão Especial, para apreciar a matéria.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Apense-se a este(a) o(a) PL-9906/2018.	07/06/2018	Júlia Marinho	PSC	PA
123	<a href="#">PL 8420/2017</a>		Parecer da Relatora, Dep. Benedita da Silva (PT-RJ), pela aprovação deste, e da Emenda 1/2017 da CSSF, com substitutivo.	Câmara dos Deputados	Assistência social; CNAS.	Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF).	25/06/2018	Luiza Erundina	PSOL	SP
124	<a href="#">PL 105/2007</a>		Altera dispositivos do art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Explicação da Ementa: inclui o ensino da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia como disciplinas obrigatórias durante o ensino médio.	Câmara dos Deputados	Educação; educação básica; diretrizes.	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Comissão de Educação (CE)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE).	03/07/2018	Luiza Erundina	PSOL	SP
125	<a href="#">PL 3904/2012</a>		Regulamenta a profissão de Naturólogo.	Câmara dos Deputados	Naturólogo; regulamentação.	Encerrado o prazo para emendas ao substitutivo. Não foram apresentadas emendas ao substitutivo	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Pronta para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	03/07/2018	Giovani Cherini	PDT	RS
126	<a href="#">PL 3961/2004</a>	<a href="#">PLS 287/2003</a>	Permite a utilização dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pagamento de parcelas de anuidade escolar do trabalhador ou de seus filhos dependentes, de até vinte e quatro anos de idade.	Câmara dos Deputados	Educação; FGTS.	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Comissão de Educação (CE)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	03/07/2018	Eduardo Azeredo	PSDB	MG
127	<a href="#">PL 6567/2013</a>	<a href="#">PLS 9/2013</a>	Altera o art. 19-J da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para incluir a obrigatoriedade de obediência às diretrizes e orientações técnicas e o oferecimento de condições que possibilitem a ocorrência do parto humanizado nos estabelecimentos de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; saúde; puérpera.	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas	Comissão de Educação (CE)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Educação (CE)	03/07/2018	Gim Argello	PTB	DF
128	<a href="#">PL 8489/2017</a>		Dispõe sobre as condições de realização de provas para pessoas com dislexia comprovada por meio de laudo médico.	Câmara dos Deputados	Garantia, pessoa, dislexia, comprovação, laudo médico, exame, processo seletivo, emprego, instituição de ensino, adequação, procedimento.	Comissão de Educação ( CE ) Retirado de pauta por ausência do Relator.	Comissão de Educação (CE)	Pronta para Pauta na Comissão de Educação (CE)	13/06/2018	Luís Tibé	PTdoB	MG

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
129	<a href="#">PL 81/2007</a>		Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	Mesa Diretora (MESA)	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	31/10/2007	Fátima Bezerra	PT	RN
130	<a href="#">PL 2976/2008</a>		Acrescenta o art. 58-A ao texto da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, criando a possibilidade das pessoas que possuem orientação de gênero travesti, masculino ou feminino, utilizarem ao lado do nome e prenome oficial, um nome social.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; nome social.	Apensado ao PL 70/1995	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Apensado ao PL 70/1995	19/03/2008	Cida Diogo	PT	RJ
131	<a href="#">PL 674/2007</a>		Estabelece o estado civil das pessoas em união estável como o de consorte. Altera a Lei nº 10.406, de 2002 e revoga as Leis nºs 8.971, de 1994 e 9.278, de 1996.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; união civil.	Indeferido o pedido de desarquivamento desta proposição constante do REQ-27/2011 por não se tratar(em) de matéria(s) sujeita(s) ao arquivamento previsto no artigo 105 do RICD. DCD do dia 16/02/11 PAG 6810 COL 02.	Mesa Diretora (MESA)	guardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	15/02/2011	Vaccarezza	PT	SP
132	<a href="#">PEC 554/1997</a>		Estabelece que os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão unicameralmente, sendo que os trabalhos constituintes ficarão restritos aos artigos 14, 16, 17, 21 a 24, 30, 145 a 162 e as maternas conexas.	Câmara dos Deputados	Tramitação jurídica; cidadania.	À publicação - Avulso letra B - em virtude de apensação.	Plenário (PLEN)	orta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	15/06/2011	Miro Teixeira	PDT	RJ
133	<a href="#">PL 2773/2000</a>		Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; código penal militar.	Apresentação do Requerimento n. 10341/2014, pelo Deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 2.773, de 2000, que "Altera a redação do art. 235, do Código Penal Militar, excluindo do texto o crime de pederastia.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	29/05/2014	Alceste Almeida	PMDB	RR
134	<a href="#">PL 4064/2008</a>		Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre medidas de segurança em estabelecimentos penitenciários.	Câmara dos Deputados	Lei de execução penal.	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-1352/1999	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Apensado ao PL 1352/1999	29/05/2018	Talmir	PV	SP
135	<a href="#">PL 2665/2007</a>		Altera a Lei nº 7.216, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Diversidade; preconceito; código penal.	Apense-se a este(a) o(a) PL-8127/2014.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 6418/2005	26/11/2014	Rodvalho	DEM	DF
136	<a href="#">PL 4211/2012</a>		Regulamenta a atividade dos profissionais do sexo.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; profissionais do sexo; regulamentação.	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-124/2015.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Aguardando constituição de comissão temporária	06/02/2015	Jean Wyllys	PSOL	RJ
137	<a href="#">PL 5167/2009</a>		Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; união civil.	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-124/2015. Apensado ao PL 580/2007.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 580/2007	06/02/2015	Capitão Assumção (PSB/ES) e outro	PSB	ES
138	<a href="#">PL 40/2015</a>		Dispõe sobre a proibição de tratamento discriminatório aos cidadãos doadores de sangue por parte das entidades coletoras.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; doação de sangue.	Apense-se ao PL-287/2003.	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Apensado ao PL 287/2003	10/02/2015	Sergio Vidigal	PDT	ES
139	<a href="#">PDC 1002/2003</a>		Convoca Plebiscito para consulta popular da redução ou não da maioria.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; maioria penal; imputabilidade penal; estatuto.	Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-206/2015.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).	09/02/2015	Robson Tuma	DEM	SP
140	<a href="#">PEC 52/2011</a>		Altera os arts. 48 e 84 da Constituição Federal, prevendo a obrigatoriedade de apresentação do Programa de Metas e Prioridades para os governos federal, estaduais e municipais.	Câmara dos Deputados	Cidadania; programa de metas; executivo.	Desarquivada nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-241/2015.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensada à PEC 10/2011	10/02/2015	Paulo Teixeira	PT	SP
141	<a href="#">PEC 66/2003</a>		Proíbe a diferença de salários e de exercício de função e de critério de admissão por motivo de discriminação por orientação e expressão sexual, etnia, crença religiosa, convicção política, condição física, psíquica ou mental.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; discriminação; preconceito.	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-442/2015.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Aguardando constituição de comissão temporária	12/02/2015	Marta do Rosário	PT	RS
142	<a href="#">PL 4914/2009</a>		Aplica à união estável de pessoas do mesmo sexo os dispositivos do Código Civil referentes a união estável entre homem e mulher, com exceção do artigo que trata sobre a conversão em casamento.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; união civil.	Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-710/2015. Apensado ao PL 580/2007.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Apensado ao PL 580/2007	03/03/2015	José Genoino e outros	PT	SP
143	<a href="#">PEC 111/2011</a>		Altera o art. 3º da Constituição Federal para incluir entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceitos relativos a identidade de gênero ou orientação sexual.	Senado Federal	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Matéria aguardando distribuição.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCI)	Aguardando designação de relator	10/03/2015	Marta Suplicy e outros	PMDB	SP
144	<a href="#">PDC 17/2015</a>		Susta a aplicação da Resolução nº 11, de 18 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Recebimento pela CDHM, com a proposição PDC-18/2015 apensada.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Aguardando designação de relator	26/03/2015	Marco Feliciano	PSC	SP
145	<a href="#">PDC 30/2015</a>		Susta a Resolução nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transsexuais - CNDC/LGBT, que "estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transsexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização."	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; educação.	Recebimento pela CDHM.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Apensado ao PDC 16/2015	24/04/2015	Eros Biondini e outros	PTB	MG
146	<a href="#">PL 7317/2010</a>		Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que "Institui a Lei de Execução Penal" e dá outras providências. Explicação: Adequa o sistema prisional feminino a modelos de terceirização já adotados em outros setores.	Câmara dos Deputados	Lei de execução penal; terceirização.	Parecer do Relator, Dep. Mendonça Prado (DEM-SE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	guardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	14/04/2015	Jorge Tadeu Mudalen	DEM	SP
147	<a href="#">PL 1/2015</a>		Acrescenta o art. 53-A à Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", a fim de estabelecer deveres e responsabilidades à criança e ao adolescente estudante.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; estatuto.	Indeferido o Requerimento n. 1.704/2015, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o pedido de desapensação contido no Requerimento n. 1.704/2015, porquanto os Projetos de Lei n. 1/2015 e 604/2011 integram um bloco de proposições que tratam de matérias correlatas.	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Apensado ao PL 604/2011	18/05/2015	Ricardo Barros	PP	PR



Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
148	<a href="#">PDC 26/2015</a>		Susta a aplicação 12 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 1905/2015, pelos Deputados Arthur Oliveira Maia, Líder do SD, e outros Líderes, que: "Requeremos, nos termos do art. 155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, urgência para apreciação imediata do Projeto Decreto Legislativo nº 26/2015"	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Apensado ao PDC 16/2015	19/05/2015	Ezequiel Teixeira	SD	RJ
149	<a href="#">PDC 18/2015</a>		Ficam sustados os efeitos do inteiro teor das Resoluções nº 11, de 18 de dezembro de 2014, e nº 12, de 16 de janeiro de 2015, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais - CNCD/LGBT, da Secretaria de Direitos Humanos, ambas publicadas na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 48, de 12 de março de 2015.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Recebimento pela CDHM, apensado ao PDC-17/2015	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Apensado ao PDC 17/2015	26/03/2015	Jair Bolsonaro	PP	RJ
150	<a href="#">PDC 16/2015</a>		Susta a aplicação da Resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015, da Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais - nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Recebimento pela CDHM.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	guardando Designação de Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	23/06/2015	Marco Feliciano	PSC	SP
151	<a href="#">PL 498/2015</a>		Regulamenta os conflitos envolvendo a guarda compartilhada e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; guarda compartilhada.	Designado Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	07/06/2018	Bonifácio de Andrada	PSDB	MG
152	<a href="#">PL 508/2015</a>		Altera o art. 242, da Lei nº 8.069, de 30 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), revoga o inciso V, do parágrafo único, do art. 16, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), revoga os arts. 18 e 19 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei de Contravenções Penais).	Câmara dos Deputados	Armas de fogo; criança e adolescente	Parecer do Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS), pela aprovação, com substitutivo.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	22/09/2015	Major Olimpio Gomes	PDT	SP
153	<a href="#">PL 313/2007</a>		Altera a Lei n.º 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Planejamento familiar.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Designado Relator, Dep. Juscelino Filho (DEM-MA).	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	28/06/2018	Maurício Trindade	PR	BA
154	<a href="#">PLS 499/2013</a>		Define crimes de terrorismo e dá outras providências.	Senado Federal	Terrorismo.	Juntado o Ofício nº PR-1371/2015, de 30/6/2015, do Instituto dos Advogados Brasileiros	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator	27/10/2015	PLIN 27/2015 Consolidação da Legislação Federal e Municipal		
155	<a href="#">PDS 7/2015</a>		Convoca plebiscito sobre a instituição de prisão perpétua para os crimes relacionados à pedofilia, ao narcotráfico e à corrupção ativa.	Senado Federal	Direitos humanos; prisão perpétua.	À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando parecer do relator	28/10/2015	Magno Malta e outros	PR	ES
156	<a href="#">PL 6583/2013</a>		Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Estatuto da família.	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foram apresentados 2 recursos.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 6583/2013	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	27/10/2015	Anderson Ferreira	PR	PE
157	<a href="#">PDL 147/2014</a>	<a href="#">PDC 1491/2014</a>	Susta a aplicação do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que institui a Política Nacional de Participação Social - PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social - SNPS, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Cidadania; política nacional de participação social.	Matéria pronta para a Pauta na Comissão, com voto do Senador Ronaldo Calado, favorável ao Projeto.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Pronta para a pauta da comissão.	20/11/2015	Mendonça Filho	DEM	PE
158	<a href="#">PEC 23/2015</a>		Acrescenta o art. 16-A à Constituição Federal, para determinar a paridade de gêneros nos assentos da Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Câmaras Municipais.	Senado Federal	Direitos humanos; mulher.	Parecer da Senadora Simone Tebet favorável à Proposta e à Emenda nº 1.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Pronta para a pauta da comissão.	15/12/2015	Vanessa Grazziotin e outros	PCdoB	AM
159	<a href="#">PEC 24/2015</a>		Altera o art. 46 da Constituição Federal, para destinar, quando da renovação de dois terços do Senado Federal, uma vaga para cada gênero.	Senado Federal	Direitos humanos; mulher.	Encaminhado à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação do relator.	17/12/2015	Marta Suplicy e outros	PMDB	SP
160	<a href="#">PL 5069/2013</a>		Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.	Câmara dos Deputados	Mulher; aborto; código penal.	Ofício nº 50/2015 da Agência Nacional dos Defensores Públicos - ANADEP, manifestando posição contrária a aprovação deste.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	24/12/2015	Eduardo Cunha - PMDB/RJ Isaias Silvestre - PSB/MG João Dado - PDT/SP e outros		
161	<a href="#">PL 7006/2006</a>	<a href="#">SUG 99/2005</a>	Dispõe sobre o uso facultativo de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais.	Câmara dos Deputados	Código penal; justiça restaurativa.	Recebimento pela PL 8045/10.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal	Apensado ao PL 8045/2010	28/03/2016	Comissão de Legislação Participativa		
162	<a href="#">PLS 73/2015</a>		Altera o disposto no art. 213, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, para agravar a pena para quem cometer o crime de estupro.	Senado Federal	Direitos humanos; código penal; estupro.	Recebido o Relatório do Senador Paulo Paim, com voto pela aprovação do projeto, com uma emenda que apresenta.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)	Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	18/10/2017	Romário	PSB	RJ
163	<a href="#">PL 2383/2003</a>		Altera a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, que "Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", na forma que especifica e dá outras providências. Explicação da ementa: Estabelece que as operadoras de planos de saúde não poderão criar restrições à inscrição de pessoas como dependentes de outras em função de pertencerem ao mesmo sexo.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; planos de saúde.	Encerramento automático do Prazo de Recurso. Foi apresentado um recurso.	Mesa Diretora (MESA)	Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	29/03/2006	Maninha	PSOL	DF
164	<a href="#">PL 6871/2006</a>		Altera a redação do art. 235 do Código Penal Militar, excluindo do nome jurídico o termo "pederastia" e do texto a expressão "homossexual ou não" e acrescentando parágrafo único, para excepcionar a incidência.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	Apense-se à(ao) PL-2773/2000.	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Apensado ao PL 2773/2000	18/04/2006	Laura Carneiro	DEM	RJ
165	<a href="#">PEC 110/2011</a>		Altera o art. 7º da Constituição para dispor sobre licença-natalidade, licença após adoção e vedar discriminação de trabalhador em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero.	Senado Federal	Direitos humanos; LGBT; gênero; licença-natalidade.	Recebido o Relatório do Senador Douglas Cintra, com voto contrário às Propostas de Emenda à Constituição nº 110, de 2011, e nº 24, de 2013. (Tramitam em conjunto as PECs nºs 110, de 2011, e 24, de 2013.)	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)	Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	10/05/2016	Marta Suplicy e outros	PMDB	SP
166	<a href="#">PL 5921/2001</a>		Proíbe a publicidade/ propaganda para a venda de produtos infantis.	Câmara dos Deputados	Publicidade; propaganda; criança e adolescente.	Despacho exarado ao Requerimento n. 4372/2016, conforme o seguinte teor: Transfira-se ao Plenário a competência para apreciar o Projeto de Lei n. 5.921/2001, porquanto se configurou a hipótese do art. 52, § 6º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. [ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL n. 5.921/2001: À CDHC; À CCTCI; À CDC; À CCJC (art. 54 do RICD). Proposição sujeita à apreciação do Plenário.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	16/05/2016	Luiz Carlos Hauly	PSDB	PR

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
167	<a href="#">PLS 227/2015</a>		Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para aumentar as penas mínima e máxima do crime do art. 244-B.	Senado Federal	Criança e adolescente; código penal.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Na Reunião Extraordinária, o Presidente da Comissão, Senador Paulo Paim, designa o Senador Hélio José Relator "ad hoc" da matéria. É aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator	12/06/2016	Wilder Moraes	DEM	GO
168	<a href="#">PL 3980/2000</a>	<a href="#">PLS 302/1999</a>	Dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; discriminação; preconceito.	Deferido o Requerimento n. 4.581/2016, conforme o seguinte teor de despacho: Defiro o Requerimento n. 4.581/2016. Desapense-se o Projeto de Lei n. 7.651/2014 do Projeto de Lei 4.838/2009, apenso ao Projeto de Lei n. 3.980/2000.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	Pronta para pauta no Plenário	27/06/2016	Geraldo Candido	PT	RJ
169	<a href="#">PL 70/1995</a>		Admite a mudança do prenome mediante autorização judicial nos casos em que o requerente tenha se submetido a intervenção cirúrgica destinada a alterar o sexo original, ou seja, operação transexual. Altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; nome social.	Indeferido o Requerimento n. 4.750/2016, conforme despacho do seguinte teor: "Indefero o Requerimento n. 4.750/2016, nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, porque os Projetos de Lei n. 5.453/2016 e n. 4.241/2012 tratam de matérias correlatas.	Plenário (PLEN)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	28/06/2016	José Coimbra	PTB	SP
170	<a href="#">PL 7563/2014</a>		Desburocratiza o processo de adoção.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; adoção.	Tendo em vista a correlação das matérias, determino a apensação, ao PL nº 1432/2011, dos PLS nºs 5908/2013, 7563/2014, 620/2015 e 1731/2015, com seus respectivos apensados, se for o caso. Ato contínuo, distribua-se o PL nº 1432/2011 às Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD). Em razão da distribuição a mais de três comissões de mérito, determino também a criação de Comissão Especial, para apreciar a matéria, conforme art. 34, II, do RICD. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Apensado ao PL 1432/2011	23/08/2016	Arnaldo Jordy	PPS	PA
171	<a href="#">PLS 236/2012</a>		Reforma do Código Penal Brasileiro	Senado Federal	Jurídico, Direito penal e processual penal.	Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) apresentou requerimento para que seja realizada Audiência Pública para instruir a Parte Geral do PLS nº 236 de 2012, que "Reforma do Código Penal Brasileiro".	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando parecer do relator	06/11/2017	José Sarney	PMDB	AP
172	<a href="#">PLS 150/2015</a>		Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para tipificar criminalmente a discriminação ou preconceito de opção ou orientação sexual.	Senado Federal	Direito penal, LGBT, Orientação Sexual	Encaminhado à publicação. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Matéria com a relatoria.	06/11/2017	Otto Alencar	PSD	BA
173	<a href="#">PL 4471/2012</a>		Altera os arts. 161, 162, 164, 165, 169 e 292 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941- Código de Processo Penal.	Câmara dos Deputados	Código penal.	Despacho exarado no Requerimento n. 8.128/2018, conforme o seguinte teor: "Junte-se aos autos da Proposta de Emenda à Constituição n. 446/2009 e do Projeto de Lei n. 4.471/2012.	Plenário	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	22/03/2018	Paulo Teixeira (PT/SP) Fábio Trad (PMDB/MS) Delegado Protégens (PCdoB/SP) e outros		
174	<a href="#">PL 543/2015</a>		Cria o corpo de Comissários Voluntários da Infância e da Adolescência, subordinado aos Juizes Titulares das Varas da Infância e da Juventude.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente.	Parecer do Relator, Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), pela rejeição.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	03/04/2018	William Woo	PV	SP
175	<a href="#">PL 544/2015</a>		Altera a redação do parágrafo único do artigo 2º e o parágrafo 5º do artigo 121 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Explicação da Ementa: Amplia o prazo de internação e a idade da liberação compulsória.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto.	Apensado ao PL 7197/2002	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Apensado ao PL 7789/2014	10/11/2016	William Woo	PV	SP
176	<a href="#">PL 387/2015</a>		Altera dispositivos da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Explicação da Ementa: Trata da responsabilidade criminal da criança e do adolescente.	Câmara dos Deputados	Alteração, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), responsabilidade criminal, criança, adolescente, redução, maioridade penal.	Recebimento pela PL 7197/02, apensado ao PL-192/2015	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Apensado ao PL 192/2015	10/11/2016	Alberto Fraga	DEM	DF
177	<a href="#">PL 922/2015</a>		Inclui a medida de internação nos casos de prática de ato infracional tipificado como crime hediondo.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) - indefiro o Requerimento quanto aos Projetos de Lei n. 922/2015, 1.174/2015, 7.288/2017, 3.388/2015, 7.458/2017, 8.189/2017, 7.133/2014, 7.539/2017 e 2.600/2015 e ao Projeto de Lei Complementar n. 131/2015, uma vez que se encontram pendentes de apreciação pelas Comissões de mérito ou de Constituição e Justiça e de Cidadania, razão pela qual ainda não reúnem condições para figurar na Ordem do Dia do Plenário.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Apensado ao PL 5524/2013	01/03/2018	Capitão Augusto	PR	SP
178	<a href="#">PL 1243/2015</a>		Altera os artigos 2º, 108, 121 e 122 da Lei nº 8.069, de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; estatuto.	Recebimento pela PL719702, apensado ao PL-7789/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Apensado ao PL 7789/2014	10/11/2016	Dagoberto	PDT	MS
179	<a href="#">PL 1570/2015</a>		Altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer tempos máximos de aplicação de medidas socioeducativas e dá medidas correlatas.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto.	Apensado ao PL 7789/2014	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Apensado ao PL 7789/2014	10/11/2016	Cabo Sabino	PR	CE
180	<a href="#">PL 4309/2012</a>	<a href="#">PLS 412/2011</a>	Altera a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que "dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental", para determinar a criação e a implantação de um sistema integrado de informações sobre a doença de Alzheimer.	Câmara dos Deputados	Saúde mental; alzheimer.	Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	28/12/2016	Eduardo Amorim	PSC	SE
181	<a href="#">PL 9054/2017</a>	<a href="#">PLS 513/2013</a>	Altera a Lei de Execução Penal	Senado Federal	Lei de execução penal.	Encaminhada à publicação.		Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa.	13/12/2017	Renan Calheiros	PMDB	AL
182	<a href="#">PLS 90/2015</a>		Altera as Leis nº 10.741, de 11 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e nº 11.340, de 7 de agosto de 2.006 (Lei Maria da Penha), para aprimorar os mecanismos de proteção às pessoas em situação de vulnerabilidade.	Senado Federal	Criança e adolescente; idoso; mulher; mecanismos de proteção; delegado.	Comissão aprova o RDH nº 166 de 2016, de iniciativa da Senadora Regina Sousa, para instruir o Projeto. Aguardando a realização de audiência pública.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Matéria com a relatoria.	28/02/2018	Humberto Costa	PT	PE

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
183	<a href="#">PL 7430/2017</a>		Altera os artigos 122 e 132 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estabelecer incidência do crime de perigo para a vida ou saúde de outrem sobre a conduta de induzir ou instigar, por disseminação em meios informáticos, eletrônicos, digitais ou comunicação em massa, a automutilação ou outros perigos de vida e saúde e determinar aumento de pena para o induzimento ao suicídio com utilização desses meios. (PL Baleia Azul).	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; suicídio; baleia azul.	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-7047/2017	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Apensado ao PL 7047/2017	20/10/2017	Aureo	SD	RJ
184	<a href="#">PLP 40/2015</a>		Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os condenados por crimes contra a mulher e por crimes hediondos.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher.	Recebimento pela CMULHER, apensado ao PLP-367/2017	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Apensado ao PLP 367/2017	11/05/2017	Brunny	PTC	MG
185	<a href="#">PLP 367/2017</a>	<a href="#">PLS 209/2008</a>	Altera o inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegíveis os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, por praticar ou concorrer para crime de submissão de criança ou de adolescente à prostituição ou à exploração sexual.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; exploração sexual.	Designada Relatora, Dâmina Pereira (PODE-MG)	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	18/05/2017	Cristovam Buarque	PPS	DF
186	<a href="#">PL 65/2003</a>		Prova a criação de novos cursos médicos e a ampliação de vagas nos cursos existentes, nos próximos dez anos e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Medicina.	Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 6538/2017, pelo Deputado Juscelino Filho (DEM-MA), que: "Requer a Inclusão da Matéria na Ordem do Dia".	Plenário (PLEN)	Pronta para pauta no Plenário	24/05/2017	Arlindo Chinaglia	PT	SP
187	<a href="#">PL 335/2015</a>		Assegura às pessoas que mantêm união estável homoafetiva o direito à inscrição, como entidade familiar, nos programas de habitação desenvolvidos pelo Governo Federal e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero; programas de habitação.	Designada Relatora, Dep. Luiza Erundina (PSOL-SP)	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	29/05/2017	Wadson Ribeiro	PROS	ES
188	<a href="#">PLS 160/2014</a>		Altera a Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para introduzir os conceitos de ato infracional de violência extrema e de responsabilidade infracional progressiva nas medidas de internação.	Senado Federal	Social, família, proteção a crianças, adolescentes, ato infracional, mulheres e idosos.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Aguardando designação de relator.	05/04/2018	Amando Monteiro	PTB	PE
189	<a href="#">PL 42/2015</a>		Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para reconhecer o direito de acesso ao atendimento policial especial ininterrupto como direito fundamental da mulher.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher.	O Relator, Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) manteve o parecer apresentado, Parecer n. 1, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	30/05/2018	Sergio Vidgal	PDT	ES
190	<a href="#">PEC 32/2015</a>		Altera a redação dos artigos 14 e 228 da Constituição Federal, para estabelecer a plena maioria civil e penal aos dezoito anos de idade.	Câmara dos Deputados	Majoridade penal; imputabilidade penal.	Parecer do Relator, Dep. Pastor Eurico (PHS-PE), pela admissibilidade.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	06/07/2017	Gonzaga Patriota	PSB	PE
191	<a href="#">PL 7582/2014</a>		Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para cobri-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; crimes de ódio e intolerância.	Designada Relatora, Dep. Luiza Erundina (PSOL-SP)	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Aguardando votação	10/05/2018	Maria do Rosário	PT	RS
192	<a href="#">PL 788/2015</a>		Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, que cria mecanismos para cobrir a violência doméstica e familiar contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher; violência.	Recebimento pela CCJC, apensado ao PL-5001/2016	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Apensado ao PL 5001/2016	28/07/2017	Rejane Dias	PT	PI
193	<a href="#">PL 5654/2016</a>	<a href="#">PLS 75/2012</a>	Altera os arts. 14 e 199 da Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a assistência à saúde integral, promovida pelo Poder Público, à presa gestante, bem como para vedar a utilização de alagados em mulheres em trabalho de parto.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; lei de execução penal; gestante.	Designado Relator, Dep. Francisco Floriano (DEM-RJ)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	01/08/2017	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
194	<a href="#">PLS 470/2013</a>		Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências.	Senado Federal	Direitos humanos; estatuto das famílias; Jurídico; Direito civil e processual civil.	Na 35ª Reunião a Comissão aprova o RDH nº 59, de 2017, de iniciativa do Senador Jolô Capiberibe para a realização de audiência pública para instruir o Projeto.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Aguardando agendar audiência pública.	03/08/2017	Lídice da Mata	PSB	BA
195	<a href="#">PL 1518/2011</a>		Estabelece que será obrigatoriamente destinado para o desenvolvimento e manutenção da educação indígena e quilombola o percentual de 0,5% dos recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; educação; indígena.	Apresentação do Parecer do Relator nº 1 CCJC, pelo Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ).	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	04/07/2018	Janete Rocha Pietá	PT	SP
196	<a href="#">PL 3391/2012</a>		Estabelece prazo para que a União firme convênios com Estados, Distrito Federal e Municípios, com vistas ao cumprimento de disposições constitucionais e legais e altera artigos da Lei nº 7.210, de 11/06/1984. Explicação da ementa: Estabelece o prazo de cento e vinte dias para adequação e construção de estabelecimentos penais. Autoriza o condenado a cumprir pena fora da comarca onde ocorrer a condenação.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; estabelecimentos penitenciários.	Devolvido sem manifestação pelo Relator não-membro.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	15/08/2017	Carlos Bezerra	PMDB	MT
197	<a href="#">PL 6989/2017</a>		Altera o Marco Civil da Internet, Lei no 12.965, de 23 de abril de 2014, para incluir procedimento de retratação de conteúdos que induzam, instiguem ou auxiliem a suicídio de aplicações de internet.	Câmara dos Deputados	suicídioracismo civil da internet.	Apresentação do Requerimento de Desapensação n. 8552/2018, pelo Deputado Odorico Monteiro (PSB-CE), que: "Requer a desapensação do Projeto de Lei nº 6989/2017"	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando votação	03/05/2018	Odorico Monteiro	PROS	CE
198	<a href="#">PL 6418/2005</a>	<a href="#">PLS 309/2004</a>	Define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; código penal; preconceito.	Apense-se a este(a) o(a) PL-8150/2017.	Plenário (PLEN)	Pronta para pauta no Plenário	23/02/2018	Paulo Paim	PT	RS
199	<a href="#">PLC 96/2017</a>	<a href="#">PL 347/2015</a>	Acrescenta dispositivo ao art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tornar obrigatória a informação sobre a condição de pessoa com deficiência da mulher vítima de agressão doméstica ou familiar e dá outras providências.	Senado Federal	Social, família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos.	CCJ - Na 15ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório da Senadora Marta Suplicy, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto.	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Matéria com a relatoria.	23/05/2018	Rosângela Gomes	PRB	RJ
200	<a href="#">PL 8032/2014</a>		Amplia a proteção de que trata a Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - às pessoas transexuais e transgêneros.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; LGBT; gênero; lei maria da penha.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias ( CDHM ) Retirado de pauta pela autora.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Pronta para Pauta na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	29/11/2017	Jandira Feghali	PCdoB	RJ
201	<a href="#">PL 8632/2017</a>	<a href="#">PLS 163/2017</a>	Institui a Semana Nacional de Valorização da Vida, para estimular o trabalho integrado e multidisciplinar destinado ao combate das causas e à redução do suicídio.	Câmara dos Deputados	Criação, Semana Nacional de Prevenção do Suicídio e Valorização da Vida, conscientização, prevenção, suicídio.	Recebimento pela CCJC, com as proposições PL-4360/2016, PL-5005/2016, PL-5560/2016, PL-3248/2015 apensadas.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	28/06/2018	Garibaldi Alves Filho	PMDB	RN
202	<a href="#">PL 8330/2015</a>	<a href="#">PLS 443/2011</a>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir à mulher vítima de violência doméstica o recebimento de benefício eventual, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situação de vulnerabilidade temporária" de que trata o seu art. 22".	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência.	Designado Relator, Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	01/02/2018	Humberto Costa	PT	PE
203	<a href="#">PL 478/2007</a>		Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; estatuto do nascituro.	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER) - Designado Relator, Dep. Diego Garcia (PHS-PR)	Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMULHER)	05/10/2017	Luiz Bassuma (PT/BA) Miguel Martini (PHS/MG)		

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
204	<a href="#">PLC 154/2017</a>	<a href="#">PL 1454/2015</a>	Institui a Semana Nacional de Combate à Sexualização de Crianças e Adolescentes.	Senado Federal	criança e adolescente; sexualidade.	Senador Eduardo Amorim designado relator	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Aguardando parecer do relator	28/02/2018	Roberto Alves	PPS	DF
205	<a href="#">PL 3212/2015</a>	<a href="#">PLS 700/2007</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para caracterizar o abandono afetivo como ilícito civil.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; abandono afetivo.	Retirado de pauta, de ofício, em virtude da ausência do Relator.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	01/12/2017	Marcelo Crivella	PRB	RJ
206	<a href="#">PL 3123/2012</a>		Dispõe sobre privatização dos estabelecimentos penitenciários.	Câmara dos Deputados	lei de execução penal; estabelecimentos penitenciários.	06/12/2017 - Parecer do Relator Vencedor, Dep. Leonardo Monteiro (PT-MG), pela rejeição.	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	ronda para Pauta na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	06/12/2017	Alexandre Leite	DEM	SP
207	<a href="#">PL 7187/2014</a>		Dispõe sobre o controle, a plantação, o cultivo, a colheita, a produção, a aquisição, o armazenamento, a comercialização e a distribuição de maconha (cannabis sativa) e seus derivados, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Saúde; maconha; produção.	Apense-se a este(a) o(a) PL-5090/2016	Mesa Diretora	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA	20/02/2018	Eurico Júnior	PV	RS
208	<a href="#">PL 7005/2013</a>	<a href="#">PLS 129/2010</a>	Acrescenta os §§ 3º e 4º na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para estabelecer a possibilidade de subscrição eletrônica para apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.	Câmara dos Deputados	Cidadania; projeto de lei; iniciativa popular.	Devolução à CCP.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)	09/04/2018	Serys Shlessarenko	PT	DF
209	<a href="#">PLS 612/2011</a>		Altera os arts. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.	Senado Federal	Direitos humanos; LGBT; gênero; união civil.	Matéria não apreciada na sessão de 13/12/2017, transferida para a sessão deliberativa de 14/12/2017.	Secretaria Legislativa do Senado Federal	Pronta para a deliberação do plenário.	21/02/2018	Marta Suplicy	PMDB	SP
210	<a href="#">PL 629/2015</a>		Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; pedofilia; cadastro nacional de pedófilos.	Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 68/2018/PS-GSE.	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)	Aguardando Autógrafos	08/05/2018	Vitor Valim	PMDB	CE
211	<a href="#">PLS 113/2012</a>		Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para incluir as transferências voluntárias relativas a ações de combate à violência contra a mulher entre aquelas que não são passíveis de restrição.	Senado Federal	direitos humanos; mulher; lei de responsabilidade fiscal.	Aguardando inclusão em ordem do dia do Requerimento nº 825, de 2016, de tramitação conjunta.	Secretaria Legislativa do Senado Federal	Aguardando inclusão na ordem do dia de requerimento	11/04/2018	Marta Suplicy	PMDB	SP
212	<a href="#">PL 7197/2002</a>	<a href="#">PLS 593/1999</a>	Dispõe sobre a permissão da aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingem a maioridade penal.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; maioridade penal; imputabilidade penal; estatuto.	Apresentação do Requerimento de Prorrogação de prazo de Comissão Temporária n. 8978/2018, pela Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal, que "acrescenta §§ aos arts. 104 e 105 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, para permitir a aplicação de medidas sócio-educativas aos infratores que atingem a maioridade penal".	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197, de 2002, do Senado Federal	Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7197	28/06/2018	Ademir Andrade	PSB	PE
213	<a href="#">PL 10034/2018</a>	<a href="#">PLS 119/2015</a>	Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher; violência; botão do pânico.	Designada Relatora, Dep. Erika Kokay (PT-DF)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	02/05/2018	Maria do Carmo Alves	DEM	SE
214	<a href="#">PLS 233/2009</a>		Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de dar nova disciplina ao livramento condicional no caso de condenação por crimes contra a liberdade sexual.	Senado Federal	Direitos humanos; mulher; violência sexual; código penal; pedofilia.	Leitura. Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa. À SCLSF.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Matéria com a relatoria.	17/04/2018	COMISSÃO - CPI - Pedofilia - 2008		
215	<a href="#">PL 4655/2009</a>		É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas conseqüências. Caracteriza como sobrepena as situações degradantes, tais como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando em redução da pena.	Câmara dos Deputados	Lei de execução penal; sobrepena.	Designado Relator, Dep. Wadih Damous	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	24/04/2018	Glauber Braga	PSOL	RJ
216	<a href="#">PL 4592/2016</a>	<a href="#">PLS 263/2014</a>	Institui o Dia Nacional de Enfrentamento à Psicofobia, a ser celebrado no dia 12 de abril.	Câmara dos Deputados	Saúde; psicofobia.	Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	guardando Parecer do Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	25/04/2018	Paulo Davim	PV	RN
217	<a href="#">PL 5002/2013</a>		Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; LGBT; gênero.	À CDHM o Ofício 179/17, da Rede Nacional de Pessoas Trans.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	25/04/2018	Érika Kokay (PT/DF) Jean Wyllys (PSOL/RJ)		
218	<a href="#">PL 238/2015</a>		Dispõe sobre normas de equidade de gênero e raça, de igualdade das condições de trabalho, de oportunidade e de remuneração no serviço público.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; serviço público.	Apresentação do Parecer da Relatora, Dep. Luiziane Lins (PT-CE), pela aprovação.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Pronta para Pauta na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	12/07/2018	Luiz Couto	PT	PB
219	<a href="#">PLS 291/2015</a>		Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal - para modificar a redação do § 3º do art. 140, a fim de penalizar a injúria praticada por razões de gênero.	Senado Federal	Direitos humanos; LGBT; gênero; código penal; injúria.	CCJ - pronta para pauta na comissão	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Pronta para pauta na comissão	26/04/2018	Gleisi Hoffmann	PT	PR
220	<a href="#">PL 349/2015</a>		Dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher.	Câmara dos Deputados	Direitos humanos; mulher.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Devolvida pelo Relator sem Manifestação.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	14/06/2018	Rosângela Gomes	PRB	RJ
221	<a href="#">PL 627/2015</a>		Dispõe sobre a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incitem à violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou contenham manifestações de homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; mulher; violência.	Retirada de pauta de ofício por acordo.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC); Pronta para Pauta na Comissão de Cultura (CCULT); Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Aguardando Deliberação na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).	04/07/2018	Moema Gramacho	PMDB	RJ
222	<a href="#">PL 6424/2013</a>		Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, no caso de violência contra transexuais, travestis, lésbicas, bissexuais e gays que forem atendidos em serviços de saúde públicos ou privados.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; LGBT; gênero.	À CDHM o Ofício 179/17, da Rede Nacional de Pessoas Trans.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Pronta para Pauta na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	04/05/2018	Paulão	PT	AL
223	<a href="#">PL 8045/2010</a>	<a href="#">PLS 156/2009</a>	Código de Processo Penal.	Câmara dos Deputados	código penal.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002, de 1969; as leis nº 4.896, de 1965; 7.210, de 1984; 8.038, de 1990; 9.099, de 1995; 9.279, de 1996; 9.609, de 1998; 11.340, de 2006; 11.343, de 2006), e apensado.	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8045, de 2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941.	Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 8045/2010, do Senado Federal, que trata do "Código de Processo Penal" (revoga o decreto-lei nº 3.689, de 1941. Altera os decretos-lei nº 2.848, de 1940; 1.002/1969; as Leis 4.898/1965, 7.210/1984; 8.038/1990; 9.099/1995; 9.279/1996; 9.609/1998; 11.340/2006; 11.343/2006) e apensado.	13/06/2018	José Sarney	PMDB	AP

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
224	<a href="#">PL 6/2015</a>		Fica instituída a Semana de Orientação sobre a Gravidez na Adolescência, na primeira semana de maio.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; gravidez.	Apresentado parecer do Relator, Dep. Floriano Pesaro (PSDB-SP), pela aprovação deste e das Emendas Adotadas pela Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF.	Comissão de Educação	Pronta para Pauta na Comissão de Educação (CE)	04/06/2018	Ricardo Barros	PP	PR
225	<a href="#">PL 580/2007</a>		Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homossexual.	Câmara dos Deputados	direitos humanos; LGBT; gênero; união civil.	Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 16/07/2018)	Comissão de Seguridade Social e Família	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	13/07/2018	Clodovil Fernandes	PTC	SP
226	<a href="#">PL 7307/2014</a>		Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1.990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever sanções à criança e ao adolescente estudante que desrespeitar as regras de conduta da instituição de ensino na qual estiver matriculado.	Câmara dos Deputados	criança e adolescente; estatuto.	Reabertura do Prazo para Emendas ao Projeto - Art. 166 do RICD (5 sessões a partir de 16/07/2018)	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando parecer do relator da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	13/07/2018	Rogério Peninha Mendonça	PMDB	SC
227	<a href="#">PL 206/2003</a>		Acrescenta um parágrafo ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, versando sobre a justa causa na rescisão de contrato de trabalho em caso de alcoolismo.	Câmara dos Deputados	saúde; ct; alcoolismo.	Parecer do Relator, Dep. Odorico Monteiro (PROS-CE), pela rejeição do Substitutivo do Senado ao PL 206/2003.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	06/06/2018	Roberto Magalhães	PSDB	PE
228	<a href="#">PLS 658/2011</a>		Reconhece os direitos à identidade de gênero e à troca de nome e sexo nos documentos de identidade de transexuais.	Senado Federal	Direitos humanos; LGBT; gênero; nome social.	Recebido o relatório do Senador Iader Barbalho, com voto pela aprovação do Projeto.	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)	Pronto para a pauta da Comissão	06/06/2018	Marta Suplicy	PMDB	SP
229	<a href="#">PLS 757/2015</a>		Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não puderem exprimir sua vontade, os limites da curatela, os efeitos e o procedimento da tomada de decisão apoiada.	Senado Federal	Direitos Humanos; pessoas com deficiência.	Aguardando interposição de recurso.	Secretaria Legislativa do Senado Federal	Aprovada.	04/07/2018	Antônio Carlos Valadares e outros	PSB	SE
230	<a href="#">PL 7764/2014</a>	<a href="#">PLS 480/2013</a>	Modifica a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), fixando parâmetros sobre o direito dos internos e condenados à visitação e estabelece regras mínimas para a revista das pessoas no âmbito do sistema penitenciário nacional.	Câmara dos Deputados	Lei de Execução Penal.	Designado Relator, Dep. Rubens Pereira Júnior (PCdoB-MA)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	08/06/2018	Ana Rita	DEM	SE
231	<a href="#">PL 44/2015</a>		Dá nova redação ao inciso II do art. 35 da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, substituindo o termo "menor" pela expressão "crianças e adolescentes, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; lei maria da penha.	Prazo para Emendas ao Projeto (5 sessões a partir de 18/06/2018)	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	15/06/2018	Sergio Vidgal	PDT	ES
232	<a href="#">PL 289/1999</a>		Dispõe que as penitenciárias deverão destinar alojamento separado para presidiário "aidético", portador do vírus HIV.	Câmara dos Deputados	Lei de execução penal; portadores de HIV.	Apresentação do Parecer do Relator n. 3 CCJC, pelo Deputado Daniel Vilela (MDB-GO).	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	02/07/2018	Marçal Filho	PSB	PE
233	<a href="#">PDC 1460/2014</a>		Susta os efeitos da resolução que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente.	Câmara dos Deputados	Criança e adolescente; publicidade.	Aprovado requerimento da Sra. Benedita da Silva que requer o adiamento ao Requerimento 725/18 CSSF que trata da realização de Audiência Pública para "debater a temática alinhada ao PDC 1460/2014 que susta os efeitos da resolução 163 de 13 março de 2014 do Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente".	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	13/06/2018	Milton Monti	PR	SP
234	<a href="#">PL 7419/2006</a>	<a href="#">PLS 174/2000</a>	Dispõe sobre a cobertura de despesas de acompanhante de menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar.	Câmara dos Deputados	Saúde; criança e adolescente.	Apense-se a este(a) o(a) PL-9940/2018. Inteiro teor	Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7419, de 2006, do Senado Federal,	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 7419/2006, do Senado Federal, que "altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde", e apensados.	13/06/2018	Luiz Pontes	PSDB	CE
235	<a href="#">PL 7180/2014</a>		Escola sem Partido. Altera art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Explicação da Ementa: inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. Adapta a legislação à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo Governo Brasileiro.	Câmara dos Deputados	Alteração, LDB, princípios, ensino, respeito, convicção, aluno, pais, responsável, educação moral, educação sexual, educação religiosa.	Apresentação do Recurso contra declaração de prejudicialidade. (Art. 164, § 2º, RICD) n. 320/2018, pela Dep. Erika Kokay (PT-DF), que: "Recurso contra Decisão da Presidência da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 7180/2014 de prejudicialidade do requerimento de quebra de interstício, em virtude de rejeição de requerimento de votação nominal". Apresentação do Recurso contra devolução de proposição (Art. 137, § 2º, RICD) 321/2018, pela Dep. Erika Kokay (PT-DF), que: "Recurso contra Decisão da Presidência da Comissão Especial Destinada a Proferir Parecer ao Projeto de Lei nº 7180/2014 de devolução de requerimento de inversão da ordem dos trabalhos por antirregimentalidade".	Pronta para Pauta na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 7180, de 2014	Aguardando Deliberação na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao PL 7180/2014	13/07/2018	Erivelton Santana	PSC	BA
236	<a href="#">PL 9963/2018</a>	<a href="#">PLS 371/2016</a>	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências", para definir prazo da guarda provisória no procedimento de adoção. Explicação da Ementa: Acaba com o deferimento por tempo determinado da guarda provisória nos processos de adoção, tempo após o qual o termo de guarda perde a sua validade, gerando dificuldade extra às famílias adotantes de ter que se dirigir a vara em busca da renovação da guarda. O projeto prevê que a guarda provisória, no procedimento de adoção, terá validade até a prolação da sentença, ressalvadas as hipóteses de revogação ou modificação da medida, mediante ato judicial fundamentado.	Câmara dos Deputados	Social - Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos.	À Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1432/2011. Apense-se a este o PL 1432/2011. Por oportuno, renfio o ato que criou a Comissão Especial destinada a apreciar o PL 1432/2011, para que esta de destine a apreciar o PL 9963/2018. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD) Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade (Art. 151, II, RICD)	Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)	Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa	14/04/2018	Acácio Neves	PSDB	MG
237	<a href="#">PL 7646/2014</a>		Institui a política de assistência psicopedagógica em todas as escolas da rede pública de ensino.	Câmara dos Deputados	Criação, programa de assistência psicopedagógica, escola pública, atendimento, aluno, diagnóstico, prevenção, problema, aprendizagem, combate, violência, incentivo, cidadania.	Designado Relator, Dep. Newton Cardoso Jr (PMDB-MG)	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	09/05/2018	Lucio Vieira Lima	PMDB	BA

Colunas1	Projeto de Lei	Projeto de Lei Originário	Ementa	Casa	Assuntos	Tramitação	Local	Situação	Data da última tramitação	Autor(a)	Autor(a) Partido	Autor(a) UF
238	<a href="#">PL 1545/2015</a>		Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a dispor sobre a obrigação de que os estabelecimentos de ensino notifiquem pai, mãe ou responsáveis legais acerca das faltas injustificadas dos educandos e sobre a obrigatoriedade de presença de psicólogos nas escolas públicas de educação básica.	Câmara dos Deputados	Alteração, LDB, notificação, pai, mãe, aluno, falta injustificada, escola, obrigatoriedade, psicólogo, escola pública, educação básica.	Não deliberado face o encerramento da reunião por acordo dos Srs. Líderes.	Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Pronta para Pauta na Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	11/07/2018	Carlos Henrique Gaguim	PMDB	TO
239	<a href="#">PDC 898/2018</a>		Susta a Portaria nº 33, do Ministério da Educação, de 17 de janeiro de 2018, que homologa o Parecer CNE/CP nº 14/2017, do Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado na Sessão Pública de 12 de setembro de 2017, que define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica do País, para alunos maiores de 18 anos.	Câmara dos Deputados	Sustação, Portaria Ministerial, Ministério da Educação, utilização, nome social, transgênero, travesti, transexual, matrícula escolar, educação básica.	Recebimento pela Comissão de Educação (CE)	Comissão de Educação (CE)	Designado Relator, Dep. Danilo Cabral (PSB-PE)	11/07/2018	Professor Victório Galli	PSC	MT
240	<a href="#">PL 9854/2018</a>		Acrescenta art. 1º-A à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estender a aplicação da referida lei a eleições realizadas por entidades de fiscalização do exercício profissional, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Alteração, Lei das Eleições (1997), aplicação, eleição, entidade de classe, fiscalização, exercício profissional.	As Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária (Art. 151, III, RICD)	Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)	04/04/2018	Josi Nunes	PMDB	TO
241	<a href="#">PL 7582/2014</a>		Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do art. 1º e caput do art. 5º da Constituição Federal, e dá outras providências.	Câmara dos Deputados	Definição, crime de ódio, crime de intolerância, penalidade.	Designada Relatora, Dep. Luiza Erundina (PSOL-SP)	Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM)	10/05/2018	Maria do Rosário	PT	RS
242	<a href="#">PLS 144/2017</a>		Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, para prever a utilização da mediação nos litígios envolvendo alienação parental. Explicação da Ementa: Acresce dispositivo na Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre alienação parental, permitindo a utilização pelas partes da mediação, antes ou no curso de processo judicial, para a solução de litígio que envolvesse alienação parental; a mediação poderá ser utilizada pelas partes por iniciativa própria ou por sugestão do juiz, do Ministério Público ou do Conselho Tutelar.	Senado Federal	Jurídico - Direito penal e processual penal.	A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CC)	Aguardando designação de relator	22/02/2018	Dário Berger	PMDB	SC
243	<a href="#">PLC 84/2017</a>	<a href="#">PL 428/2011</a>	Altera dispositivo da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para inserir a mediação familiar como recomendação na regulação dos efeitos do divórcio.	Senado Federal	Jurídico - Direito civil e processual civil.	A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)		Aguardando designação de relator	17/08/2018	Luiz Couto	PT	PB
244	<a href="#">PL 10182/2018</a>		Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010. Explicação da Ementa: Trata da alienação parental e das medidas protetivas para crianças e adolescentes em caso de sua ocorrência.	Câmara dos Deputados	Lei da Alienação Parental, proibição, medida protetiva, caráter provisório, pai, vítima, acusação, indício, abuso sexual, filho, criança, adolescente.	Recebimento pela CSSF.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Aguardando Designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	14/05/2018	Gorete Pereira	PR	CE
245	<a href="#">PL 10402/2018</a>		Renumerar o parágrafo único para §1º e acrescenta §2º ao artigo 2º da Lei 12.318 de 26 de agosto de 2010 para tratar de alienação parental no caso de apresentação de falsa denúncia.	Câmara dos Deputados		Coordenação de comissões Permanentes-CCP Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 20/06/2018.	Coordenação de comissões Permanentes (CCP)	Apensado ao PL 10182/2018	19/06/2018	Rubens Pereira Júnior	PCdoB	MA
246	<a href="#">PL 7352/2017</a>	<a href="#">PLS 19/2016</a>	Altera a Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para determinar a prioridade na tramitação de processos, em qualquer instância, relativos a atos de alienação parental.	Câmara dos Deputados	Lei da Alienação Parental, processo judicial, criança, adolescente. Alteração, Código de Processo Civil, ações de família.	Apresentado parecer do Relator, Dep. Antonio Brito (PSD-BA), pela aprovação.	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	13/12/2017	Ronaldo Caiado	DEM	GO
247	<a href="#">PL 4931/2016</a>		Dispõe sobre o direito à modificação da orientação sexual em atenção à Dignidade Humana.	Câmara dos Deputados	Cura Gay, Patologização, Saúde mental, terapia, tratamento psicológico, transtorno do desenvolvimento psicosssexual, orientação sexual, homossexual.	Retirado da pauta de ofício em virtude de aprovação de requerimento para realização de audiência pública, da Dep. Érika Kokay	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF)	20/06/2018	Ezequiel Teixeira	PTN	RJ